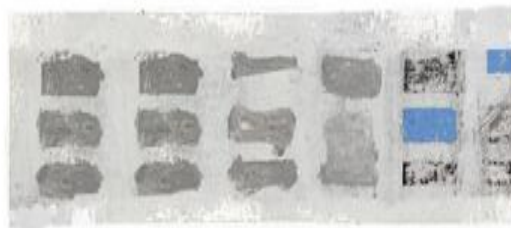


41º ENCONTRO ANUAL
23 A 27 DE OUTUBRO DE 2017
HOTEL GLÓRIA | CAXAMBU-MG

ANPOCS



GT 5 - Comportamento, Opinião Pública e Cultura Política

Da "direita envergonhada" às bancadas "evangélica" e "da bala": os caminhos da representação política do conservadorismo no Brasil

Rafael Machado Madeira¹

Marcos Paulo dos Reis Quadros²

¹Doutor em Ciência Política (UFRGS) e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCRS.

²Doutor em Ciências Sociais (PUCRS) e Pró-Reitor de Graduação do Centro Universitário da Serra Gaúcha.

INTRODUÇÃO

Ao analisar o posicionamento ideológico dos deputados constituintes em meados da década de 1980, Rodrigues (1987) constatava:

Quando se trata de se autodefinirem ideologicamente, os parlamentares evitam as posições mais radicais, e se situam um pouco mais para a esquerda. No conjunto, a esquerda ('extrema-esquerda', 'esquerda' mais 'centro-esquerda') tem mais da metade da constituinte, enquanto a direita ('extrema-direita', 'direita' e 'centro-direita') praticamente desaparece, tal como evidenciamos em nossa pesquisa. A julgar pela autodefinição política dos deputados, o Brasil seria um país sem direita (Rodrigues, 1987, p. 99).

De um total de 428 deputados entrevistados pelo autor, nenhum se declarou como pertencente à “extrema-direita” e apenas 6% deles identificaram-se com a “centro-direita”. Por outro lado, 37% dos parlamentares assumiram possuir uma posição de “centro”, 52% de “centro-esquerda” e 5% se definiram como pertencentes à “extrema-esquerda” (idem, p. 97).

Já na segunda metade da década de 1990, Pierucci (1999) analisa o mesmo fenômeno, afirmando que:

Não obstante o uso generalizado da dimensão direita/esquerda no linguajar dos estratos politizados da cidadania brasileira, existe aqui uma acentuada assimetria no modo de ambos os lados se autorepresentarem. É que, à esquerda, não lhe incomoda aparecer como tal, antes, lhe agrada; os políticos de direita, por sua vez, têm o reflexo de se esconder como tais. Enquanto a esquerda se exhibe como esquerda, sobretudo os da esquerda radical, assumindo com ares às vezes provocativos nome e orientação, os homens de direita que se declaram de direita, que ‘se assumem’, são bem raros (Pierucci, 1999, p. 72-73).

As manifestações do fenômeno identificadas por Rodrigues (1987) e por Pierucci (1999) são apreendidas de forma sistemática por Power e Zucco (2009), que analisam dados oriundos de seis baterias de *surveys* aplicadas no Congresso Nacional entre 1990 e 2009. A partir de quase mil questionários, os autores traçam a posição ideológica na qual os parlamentares situam os principais partidos políticos brasileiros. Dados da pesquisa demonstram que “88% dos parlamentares se posicionam à esquerda da reputação de seu partido”³, e “enquanto apenas 13,5% dos parlamentares se colocam à direita de onde colocam seus próprios partidos, 25,5% se colocam mais à esquerda” (Zucco Jr., 2011, p. 43-44). *Não se vincular à direita* parece ser um aspecto fundamental para os parlamentares.

Diante disso, “o curioso – e que merece ser estudado – é saber por que, mesmo depois de mais de duas décadas, esse ‘desconforto’ continua existindo” (idem, p. 44). Nesse sentido,

³Os autores entendem “reputação” como a posição média do partido de acordo com a classificação empreendida pelos respondentes de outros partidos.

Rodrigues's findings were later extended by Power (2000) and Mainwaring, Power, and Meneguello (2000), but both of these studies speculated that the phenomenon of the *direita envergonhada* might dissipate over time. It was hypothesized that the Brazilian right might become less evasive and obfuscating as memories of the repressive 1964–1985 military regime faded and conservative parties carved out a new political identity under the aegis of neoliberal reform. However, our analysis of five waves of survey research shows that far from being a period effect (i.e., a fleeting symptom of a postauthoritarian hangover), the phenomenon of the *direita envergonhada* is a remarkably durable facet of elite political culture in Brazil. For brevity, in the subsequent analysis we show results only for the first and last surveys. Results are similar for all surveys [...] (Power e Zucco, 2009, p. 235).

A associação do rótulo “direita” com o regime civil-militar sempre foi um elemento destacado nestas pesquisas para explicar o fenômeno da “direita envergonhada”. Power (2000) acerta ao afirmar que a mudança geracional contribui para enfraquecer o sentimento da “direita envergonhada”. Se a agenda econômica (liberalizante) dos anos 1990 não permitiu que a direita brasileira recriasse sua identidade (Power e Zucco, 2009), podemos estar agora testemunhando este processo, que seria explicitado a partir da mobilização da agenda moral, mote crescentemente acionado, pelo menos, a partir de 2010 (campanha eleitoral de Serra em 2010 e eleição e atuação de determinadas lideranças na Câmara dos Deputados a partir de 2011).

Este artigo propõe problematizar a hipótese de Power (2000), uma vez que se somente a mudança geracional não foi suficiente para que a direita se assumisse enquanto direita, talvez esteja na mudança no perfil dos deputados federais o motivo que ajuda a explicar a maior possibilidade destes (que não tiveram absolutamente nenhum envolvimento político – pessoal ou familiar – com o período do regime militar) se assumirem enquanto “direitistas”. Mesmo sem vínculos pessoais com o período autoritário, filhos, sobrinhos e herdeiros políticos de lideranças comprometidas com o antigo regime não estão completamente livres da defesa da memória de seus antepassados. Contudo, argumenta-se que tal fardo não pesa nas costas de contingente expressivo de deputados federais vinculados às bancadas que serão analisadas adiante.

O objetivo principal do presente artigo, pois, é o de se inserir neste debate, buscando identificar no atual avanço da agenda conservadora o veículo com base no qual a categoria “direita” passa a ganhar espaço pela primeira vez desde a redemocratização como uma identidade a ser mobilizada, reivindicada e instrumentalizada política e eleitoralmente por lideranças da Câmara dos Deputados e por candidatos em eleições proporcionais e majoritárias.

Para tanto, importa analisar a atuação das chamadas “bancada evangélica” e “bancada da bala” na Câmara dos Deputados, buscando visualizar como algumas das suas principais lideranças se valem de imagens e identidades para ocupar o espaço político facultado por extratos conservadores da população. É preciso deixar claro que o exame não parte do pressuposto

(equivocado) de que todos os deputados vinculados às religiões ou à polícia sejam, necessariamente, de direita. De igual modo, não se pretende afirmar que se trata de um grupo orgânico. Tentando evitar o risco de reificar o objeto de análise, sugere-se que a “reação conservadora” a pautas “progressistas” e “subversivas” é o mote para que se crie um espaço no qual lideranças ligadas a estas identidades possam se colocar “à frente” destes grupos, na defesa de valores tradicionais. E possam, assim, mobilizar (sem maiores constrangimentos) a categoria da “direita”.

Neste particular, o artigo deter-se-á no exame de discursos e comportamentos de tais elites, bem como na repercussão pública de alguns dos debates de grande impacto daí decorrentes. A fim de que o conjunto de dados arrolados no artigo seja sintetizado, importa referir que foram avaliados discursos/pronunciamentos específicos de lideranças proeminentes das citadas bancadas parlamentares entre os anos de 2011 e 2015, bem como de atores relevantes da sociedade igualmente comprometidos com a pauta conservadora. Para o mais, busca-se interpretar os compromissos nos quais estão firmados projetos de lei/iniciativas apresentados por membros de ambas as bancadas na Câmara dos Deputados. Ainda que a seleção contemple projetos do início dos anos 2000, privilegiaram-se aqueles apresentados mais recentemente.

A discussão aqui proposta evidencia que ainda é cedo para avaliar se o discurso destas lideranças irá além de uma “reação conservadora” mais pontual, ou se terá fôlego para constituir-se em amálgama a partir do qual surgirá um discurso mais articulado, com maior capacidade de interpelação e mais propositivo. Conclui-se este artigo afirmando que a confluência desta “reação conservadora” com o aumento de parlamentares vinculados a estas bancadas (e desvinculados de famílias políticas tradicionais) e com o ganho de espaço que esta agenda teve nos últimos anos pode configurar terreno fértil para que a direita no Brasil passe a se assumir enquanto direita.

Gênese de uma Onda Conservadora?

Quando se fala em representação política, a complexa relação entre partidos políticos e posicionamento (e/ou reputação) ideológico se constitui em um dos temas centrais de análise. Dentro deste contexto, Quadros (2015), busca lançar luzes sobre um dos paradoxos que marcam a política eleitoral e partidária desde a redemocratização: a ausência de partidos de porte médio ou grande que mobilizem de forma sistemática identidades associadas ao “conservadorismo” e à “direita”. Ainda assim, é temerário afirmar que estes valores não são representados. Eles são representados, mas não são (ou não eram) explicitados de forma ostensiva e voltada à busca por

forjar identidades mais claras (ao menos nas eleições presidenciais que marcaram as primeiras décadas da transição).

Apesar disso, o Jornal Folha de São Paulo, ao realizar um balanço das eleições de 2014 para o Congresso Nacional, afirmou:

Congressistas que defendem agendas conservadoras ganharam força na Câmara nas eleições. Estimativas apontam aumento dos integrantes das bancadas evangélica, ruralista e 'policial'. A configuração deve dificultar o debate de leis liberalizantes, como a legalização do aborto e das drogas, e da pauta ambiental e indígena (Folha de São Paulo, 2014).

Defensores de valores cristãos, da preservação do *status quo* no campo e do incremento da repressão à criminalidade passaram a ocupar mais assentos no parlamento brasileiro, ao passo que bancadas simpáticas às pautas "progressistas" tiveram sensível redução. Analisando tal cenário, o presidente do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) afiançou, um dia após a eleição de outubro de 2014, que “o novo Congresso é o mais conservador desde 1964” (Queiroz, 2014). Atuando de forma mais ostensiva, a direita galga espaços crescentes de representação, o que estaria tornando o Legislativo “mais parecido com o Brasil” (Sakamoto, 2014).

Argumenta-se aqui que parte da explicação para esta mobilização conservadora é justamente o avanço de pautas progressistas introduzidas com relativo êxito no Executivo, no Legislativo e no Judiciário durante a última década e meia. Tal ingrediente estaria servindo de agente impulsionador dos conservadores, que partiriam para a defesa de bandeiras que até bem pouco tempo não eram questionadas politicamente de forma tão sistemática (definição tradicional de família, por exemplo). Com efeito, fatos como o reconhecimento do valor legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo e da utilização de células-tronco embrionárias para pesquisas científicas por parte do Supremo Tribunal Federal (STF) certamente ajudam a compreender a força mobilizadora do discurso conservador atualmente.

Esta “reação conservadora”, tradicionalmente caracterizada como “uma resistência articulada, sistemática e teórica à mudança” (Huntington, 1957, p. 461, tradução nossa), teria nos parlamentares de bancadas como a religiosa a sua ponta de lança. Isto é, os conservadores estariam sendo “forçados” à mobilização para a defesa de valores que até então não eram fortemente relativizados.

De igual modo, é importante ponderar que sentenças de natureza similar às aquelas proferidas pelo presidente do DIAP e apelos que excitam a indignação de movimentos de esquerda possivelmente estejam embriagados pelo afoitamento ou por paixões naturalmente

emanadas de uma eleição bastante disputada, uma vez que é pouco provável que o parlamento eleito em 1982, por exemplo, tenha sido mais progressista do que o atual⁴.

A despeito disso, a emergência de uma agenda abertamente conservadora no atual Congresso Nacional dificilmente poderia ser questionada. Já que um de seus polos é justamente a “bancada evangélica”, é imperativo avaliá-la.

De “lugar do Satanás” a “Irmão vota em irmão”: o crescimento da bancada evangélica na Câmara dos Deputados

A estrutura dos laços entre atores políticos e religiosos modificou-se significativamente desde o início da redemocratização. À margem do fenômeno da secularização – tão amplo quanto controverso e reiteradamente discutido pelas Ciências Sociais⁵ – houve uma considerável mutação no mapa religioso do Brasil. O chamado “mercado religioso”⁶ impõe seu cetro: conforme o IBGE (2010), o percentual de brasileiros que se filia ao catolicismo decai significativamente, ao passo que aumenta o contingente associado a outros credos cristãos. Na medição do instituto, 22,2% dos brasileiros declararam-se “evangélicos”⁷ em 2010 (o número era de 15,4% dez anos antes, o que representa 61,4% de crescimento, cabendo acrescentar que em 1991 o percentual de fiéis dessa matriz religiosa compunha 9% da população, e apenas 6,6% em 1980). De acordo com pesquisas mais recentes (Pew Research Center, 2014), o percentual de “evangélicos” no Brasil é ainda maior (26% da população), o que sugere que o potencial de crescimento deste segmento ainda não está totalmente exaurido.

Mas a ampliação dificilmente encontraria correspondência no campo da representação política sem o suporte de movimentos articulados. Com efeito, ao contrário da apatia que parece ter impregnado extratos conservadores da sociedade no período imediatamente posterior à redemocratização, os evangélicos de origem pentecostal se fizeram representar efetivamente na

⁴Conforme Madeira (2006), era imenso o poder dos parlamentares oriundos da Arena (“ex-arenistas”) no Congresso Nacional eleito em 1982. Logo, não se tratava de um Legislativo tendente ao progressismo. Além deste aspecto, pautas como direitos *gays*, aborto, legalização das drogas, etc. não faziam parte da agenda política daquele momento, agenda esta que foi tomada pela necessidade da transição para um novo regime democrático.

⁵Dentre os estudos referenciais sobre o tema, pode-se citar O Dossel Sagrado, de Peter Berger (2003). Ademais, um bom exemplo do debate existente na literatura acerca da diáde secularização-dessecularização pode ser verificado em Mariz (2001).

⁶O conceito é bem detalhado, por exemplo, no trabalho de Jungblut (2012).

⁷O grupo denominado “evangélico” pelo IBGE agrega o protestantismo tradicional/“de missão” (luteranos, adventistas, batistas, presbiterianos, etc.) e as igrejas pentecostais e neopentecostais, embora seja claro que a expansão realmente significativa tenha se desenvolvido nestas últimas (as maiores na atualidade são, em ordem de número de fiéis, Assembleia de Deus, Congregação Cristã do Brasil, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular e Deus é Amor).

esfera política. A partir de um perfil militante que talvez esteja inspirado na tendência ativa que exige a apologética religiosa e as ações de conversão que caracterizam tais igrejas⁸, ergue-se um lema emblemático: “irmão vota em irmão”⁹. A política como lugar profano, “de satanás”, transforma-se em arena legítima para buscar a materialização das demandas dos evangélicos.

Desde a Assembleia Constituinte, o pentecostalismo forja seu braço político de modo metódico, apelando ao rebanho de fiéis a fim de frear as agendas laicas e, por vezes, também as católicas (Mariano, 2011). Assim, visava-se, por um lado, a assegurar a preservação de interesses doutrinários ligados à moral e aos costumes, merecendo destaque a proibição do aborto e da união civil de homossexuais. Por outro, também as necessidades operacionais das igrejas estavam em jogo, cabendo citar os pleitos pelas concessões de emissoras de comunicação que se mostraram cruciais para a propagação da “palavra” e os projetos que permitem isenções fiscais para movimentações financeiras das instituições religiosas e de seus líderes¹⁰.

O raciocínio é manifesto: se o jogo político pode vir a pôr em causa os valores e interesses evangélicos, cabe aos “irmãos” (fiéis pentecostais) votarem em “irmãos” (pastores e demais líderes indicados pelas igrejas) para fazerem representar seus desejos no parlamento e no arcabouço legal.

Os pentecostais abandonaram sua tradicional autoexclusão da política partidária, justificando seu inusitado ativismo político – antes proibitivo, porque tido como mundano e diabólico – com a alegação de que urgia defender seus interesses institucionais e seus valores morais contra seus adversários católicos, homossexuais, “macumbeiros” e feministas na elaboração da carta magna. Para tanto, propuseram-se as tarefas de combater, no Congresso Nacional, a descriminalização do aborto e do consumo de drogas, a união civil de homossexuais e a imoralidade, de defender a moral cristã, a família, os bons costumes, a liberdade religiosa e de culto e de demandar concessões de emissoras de rádio e tevê e de recursos públicos para suas organizações religiosas e assistenciais (Pierucci, 1989; Freston, 1993). Os pentecostais, ao mesmo tempo em que faziam referência ao tradicional adversário católico, aludiam a seus adversários laicos, como justificativa para 'irmão votar em irmão', seu novo lema (Mariano, 2011, p. 250-251).

⁸Porém, nem sempre foi assim. Como Cowan faz notar, os pentecostais brasileiros, antes dos anos 1980, tendiam a buscar afastar-se das coisas mundanas, o que inclui a política: “[...] de acordo com as prescrições evangélicas tradicionais, os crentes devem, cuidadosamente, mesmo obsessivamente, evitar as coisas deste mundo. Isto significava, explicitamente, a negação da política e do político. Ou seja, durante a maior parte da história dos evangélicos no Brasil, a política mundana provocava não só desaprovação, mas aversão visceral. A máxima 'a César o que é de César e a Deus o que é de Deus' aparecia como um refrão frequente, quase reflexivo, uma advertência aos fiéis à gestão degradada dos assuntos terrestres” (Cowan, 2014, p. 107).

⁹A frase intitula o livro de Josué Sylvestre, publicado em 1987. Sylvestre, além de líder da Igreja Assembleia de Deus, trabalhava como assessor parlamentar no período da constituinte.

¹⁰Em junho de 2015, por exemplo, parlamentares evangélicos, juntamente com “os pastores Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, e Robson Rodovalho, da Sara Nossa Terra, participaram da articulação com o então vice-presidente Michel Temer” a fim de garantir, com êxito, um dispositivo que anula autuações fiscais da ordem de R\$ 300 milhões impostos às igrejas evangélicas, além de definir que os valores recebidos pelos pastores à margem do salário ficam livres de qualquer tributação (Folha de São Paulo, 2015).

De fato, ainda que deixemos à margem parlamentares evangélicos que atuam em Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas estaduais¹¹, a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), ou simplesmente, a “bancada evangélica”, dilatou-se ao longo dos anos no parlamento brasileiro, especialmente na Câmara dos Deputados. Embora os dados sempre demandem relativização – já que é um tanto inseguro asseverar que determinado parlamentar, embora possa declarar-se evangélico, de fato atua em uníssono com o restante da bancada em questões doutrinárias e/ou de fé – o fato é que depois das eleições de 2014 o número de deputados com este perfil novamente aumentou, passando para 74 deputados, conforme estimativa do DIAP. Por conseguinte, os “evangélicos” ocupam 13% dos assentos disponíveis na atual Câmara dos Deputados e, em acréscimo, chegaram a ter um de seus membros, Eduardo Cunha (PMDB/RJ), no posto decisório mais importante da Casa: a presidência.

Na atual legislatura (2015-2019), trinta e um deputados da bancada evangélica (de um total de setenta e quatro) estão alocados no PRB, no PR e no PSC¹². Os demais parlamentares estão espalhados em nada menos que vinte partidos, compreendendo todo o espectro ideológico e transcendendo o eixo governo-oposição.

Alguma fragmentação ocorre também quando o filtro é a igreja a qual pertence cada deputado da bancada evangélica. Ainda que vinte e quatro pertençam à Assembleia de Deus e doze à Igreja Universal do Reino de Deus, os demais trinta e oito parlamentares da atual bancada evangélica estão distribuídos em outras vinte e quatro igrejas, inclusive em algumas oriundas do protestantismo tradicional. Logo, o segmento evangélico tem se feito representar em praticamente toda a sua diversidade no parlamento. De igual modo, salvo Mato Grosso do Sul e Tocantins, todos os estados brasileiros enviaram representantes evangélicos à Câmara, o que demonstra a capilaridade social do grupo ao longo do território nacional. E justamente por estarem disseminados, fragmentados em diversos partidos, igrejas e estados da federação, estes deputados são capazes de ocupar espaços simultaneamente no governo e na oposição.

Diante de tamanha heterogeneidade, pareceria conveniente pôr em xeque a coesão da “bancada evangélica”. Realmente, “a questão da existência de uma identidade entre os 'políticos

¹¹ A presença dos evangélicos nos legislativos estaduais é certamente significativa, mas requereria um trabalho de maior fôlego para ser devidamente mensurada. Diante disso, desconhecemos estudos que tenham pretendido traçar um panorama geral. É possível, no entanto, citar exemplos de pesquisas que se focaram em apenas um estado. É o caso de Machado (2006), o qual afirma que a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro possuía 37% de seus deputados com ligações com igrejas. De igual modo, Miranda (2006) demonstra o influxo evangélico no legislativo cearense. No caso das Câmaras de Vereadores, um estudo capaz de abranger a situação em panorama nacional é ainda menos viável.

¹² O PRB detém quinze parlamentares, ao passo que o PSC possui nove e no PR estão filiados sete deputados.

de Cristo' é controversa e é pautada em um debate que se baseia em aspectos teológicos, históricos e também ideológicos" (Borges, 2009, p. 159). Em trabalho que sintetiza a discussão e apresenta mensurações baseadas em elementos colhidos dos discursos de parlamentares evangélicos, Gonçalves chega a sugerir que "não existe uma bancada evangélica, ou seja, algo que oriente estes deputados a votarem em bloco" (Gonçalves, 2011, p. 198).

Por outro lado, dados revelam que o comportamento dos parlamentares evangélicos, sobretudo recentemente, é consideravelmente concordante, e se não se pode utilizar o termo "bancada evangélica" (ou "bancada religiosa", se incluirmos os católicos) sem evadir-se de brechas conceituais, também é razoável inferir que o bloco funciona quando estão em questão temas relevantes para a moral defendida pelas igrejas (Baptista, 2009).

Como qualquer grupo de pressão que opera na política, tais parlamentares possuem singularidades ideológicas (e, no caso, teológicas), reproduzindo também clivagens regionais e divergências em relação à participação ou não em postos administrativos de governos constituídos. Contudo, um ponto os une: a pauta doutrinário-religiosa, e, mais especificamente, a defesa dos "valores da família cristã". A FPE foi Instituída ainda em 2003, e reiterava, no *site* que mantinha, que "A Frente foi criada por deputados do segmento evangélico filiados a partidos políticos de bandeiras antagônicas, mas unidos na defesa da ética, da vida humana, da família, da liberdade religiosa"¹³.

Articulando-se também sob agrupamentos de parlamentares que voluntariamente se associam para a defesa de objetivos comuns ligados ao campo moral/religioso, à FPE somam-se a Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família (236 deputados)¹⁴, a Frente Parlamentar Mista da Família e Apoio à Vida (207 deputados e seis senadores)¹⁵ e, ocasionalmente, mesmo a Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana (criada em 2015, que conta com 209 deputados e cinco senadores)¹⁶. Os números chamam a atenção: se a bancada evangélica possui 74 deputados federais e a Frente Parlamentar Católica 209, nada menos que 283 congressistas (55,1% do total de membros da Câmara) militam em organizações de identidades expressamente religiosas no seio do parlamento. Seria a "bancada religiosa".

A justificativa para a possível união de forças entre católicos e evangélicos (e também conservadores laicos) é explicitada por Magali Cunha:

¹³Disponível em: <<http://www.fpebrasil.com.br/portal/index.php/a-frente/sobre-a-fep>>. Acesso: 01 jun. 2016.

¹⁴Ver lista completa em: <http://www.camara.gov.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/53466.asp>.

¹⁵Ver lista completa em: <http://www.camara.gov.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/53465.asp>.

¹⁶Ver lista completa em: <http://www.camara.gov.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/53496.asp>.

Mais recente é o forte tradicionalismo moral que tem marcado a atuação da Frente Parlamentar Evangélica, que trouxe para si o mandato da defesa da família e da moral cristã contra a plataforma dos movimentos feministas e de homossexuais e dos grupos de direitos humanos, valendo-se de alianças até mesmo com parlamentares católicos, diálogo historicamente impensável no campo eclesiástico. Este discurso tem um apelo que atinge não só evangélicos, mas também católicos e outros grupos sociais mais conservadores que nem são ligados à religião (Cunha, 2015).

Manifestações nem um pouco “envergonhadas” não são raras entre os membros da bancada evangélica. Marco Feliciano, pastor e deputado federal que gerou intensos debates quando esteve à frente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, afirma:

O Brasil, na sua grande maioria, é conservador. Só que é feito de conservadores silenciosos. Talvez falte a eles oportunidade de ter vez e voz porque trabalham muito, porque têm que cuidar da sua família, porque não cuidam da vida dos outros. Como eles não têm tempo, não se envolvem. Mas as urnas provaram isso. Eu, Jair Bolsonaro, Celso Russomano, somos três políticos de ala conservadora que tiveram uma votação expressiva. O que falta no país hoje, e eu acho que as pessoas buscam isso, são políticos de posicionamento. O político não pode ser maria-vai-com-as-outras, não pode ficar em cima do muro e chutar com os dois pés, não pode ser um político-prostituto, que se vende. Tem que saber o que quer ser [...] (Feliciano, 2015).

Não é diferente a visão do deputado João Campos, líder da Frente Parlamentar Evangélica. Ao assumir-se abertamente como “conservador”, Campos justifica sua postura precisamente com a ideia de que “a maioria da sociedade é conservadora e a Casa [a Câmara dos Deputados] representa a sociedade” (CAMPOS, 2013).

Na esteira deste tipo de raciocínio, o Partido Social Cristão (PSC) – o qual tem nos evangélicos o núcleo duro de seus militantes e apresentou Pastor Everaldo como seu candidato para as eleições presidenciais de 2014 – veiculou, em 28 de maio de 2015, a peça publicitária contendo um dos discursos menos “envergonhados” exibidos em propaganda oficial de qualquer candidatura à Presidência da República desde a redemocratização. Eis um trecho:

Entrevistador: O senhor se refere ao que aconteceu no Brasil em 1964 como uma revolução, e não como um golpe. É essa a compreensão do partido?

Nósseis: O país não tinha outra alternativa senão fazer a revolução contra Jango naquele momento. [...] Houve sim uma orientação no sentido de não se deixar que o Brasil se tornasse uma república comunista. [...]. E se fosse o contrário? E se eles [os comunistas] tivessem ganhado essa revolução? Certamente nós todos estaríamos no paredão. Você não se iluda. Se houve algum desvio na época militar, e pode ter havido, foi cem mil vezes menor do que o que está acontecendo agora: o governo socialista do 'seu' Lula e da 'dona' Dilma.

Entrevistador: 2015 é igual 64?

Nósseis: Tem alguma coisa parecida sim...

Entrevistador: O PSC e o senhor seriam favoráveis, mesmo que momentaneamente, a uma intervenção militar, como alguns grupos têm pedido?

Nósseis: Nós temos que nos preparar. [...] Nós temos que ter Forças Armadas fortes [...] para nos defender. Eu acho o Feliciano um deputado muito valoroso. Ele conseguiu alavancar o partido, conseguiu demonstrar algumas posições do partido.

Entrevistador: O slogan do partido é “o Ser Humano em primeiro lugar”. Não parece contraditório que um partido que use este slogan, por exemplo, ponha barreiras à aprovação dos direitos civis aos casais homossexuais?

Nósseis: O homossexualismo está aí desde tempos imemoriais. Agora, o que eu sou contra, é você fazer *lobby* disso, é você fazer propaganda favorável dentro das escolas, é você incentivar através dos meios de comunicação as crianças [a aprovarem o homossexualismo] (PSC, 2015).

Estes dados podem estar a demonstrar que, após três décadas de “direita envergonhada”, deputados encontraram na agenda moral o veículo a partir do qual tentam mobilizar a identidade de direita, instrumentalizando-a politicamente. Talvez por isso, alguns autores comecem a trabalhar com a categoria de “nova direita brasileira” (Cowan, 2014).

Visto que a atividade do grupo é vasta e compreende dilatado espaço de tempo, convém examinar brevemente algumas das mais emblemáticas facetas do influxo evangélico na realidade política brasileira, destacando, ademais, sua capacidade de moldar políticas que interferem na vida cotidiana dos cidadãos.

Conservadorismo e ação política da “bancada evangélica” no Congresso Nacional

Um contexto exemplar para demonstrar o quanto iniciativas “progressistas” do Executivo levantaram forte reação dos “conservadores” foi o que envolveu o episódio que ficou popularmente conhecido como “*Kit Gay*”. O projeto, oficialmente denominado “Escola sem Homofobia”, foi formulado pelo governo federal em 2011, objetivando forjar “ações que promovam ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro” (Escola sem Homofobia, 2013, p. 9). Na prática, houve a distribuição de um *Kit* informativo para estudantes das escolas públicas (uma cartilha de 125 páginas precisamente intitulada “Escola sem Homofobia”, uma série de seis boletins, três vídeos acompanhados de orientações para professores, um cartaz de divulgação e uma carta de apresentação).

A reação dos parlamentares evangélicos foi imediata. A bancada inicialmente protocolou requerimento para avaliar o material antes que ocorresse sua distribuição às escolas. O ainda líder da bancada, João Campos, à época justificava a iniciativa:

Houve um momento em que o Ministério da Saúde editou uma cartilha para prevenir doenças sexualmente transmissíveis e a cartilha era uma apologia ao sexo livre, uma cartilha inteiramente pornográfica. [...]. Em função desses precedentes é que estamos nos prevenindo. Queremos saber quem elaborou o kit, qual foi a rubrica que pagou, quais os dados que o Ministério da Educação tem para editar este material. [...]. Estamos requerendo as informações para poder fazer essa avaliação. Primeiro: se o material proposto está dentro de uma visão pedagógica, dentro daquilo que foi anunciado, se é tão somente para prevenir a homofobia ou se vai além disso, fazendo apologia ao homossexualismo, induzindo à prática homossexual (Campos, 2011).

Diante das repercussões que o tópico gerou na imprensa e no Congresso Nacional, os evangélicos promoveram inflamada campanha contra o *Kit*, mobilizando suas bases em protestos de rua, como aqueles que se consumaram na “Marcha para Jesus”¹⁷ de 2011. Líder de uma das marchas, o pastor Cirino Ferro denunciou o projeto do governo como uma tentativa de “imposição que chega sem consultas prévias à sociedade, induzindo nossos filhos a aderir a coisas com as quais não concordamos” (Ferro, 2011). A atual discussão acerca do projeto “Escola sem partido” atende claramente aos interesses destes setores e pode ser visto como uma forma de impossibilitar que futuros governos progressistas busquem implementar políticas públicas de combate à homofobia e de discussão mais ampla acerca dos problemas de gênero (agenda classificada pelos evangélicos como “ideologia de gênero”).

Já no âmbito estrito do Congresso Nacional, a bancada evangélica, como típico grupo de pressão, valeu-se de uma manobra política para impedir que o projeto do governo fosse adiante. De acordo com matéria vinculada no jornal Folha de São Paulo, o então ministro da Casa Civil, Antônio Palocci, estava sob forte intimidação em decorrência de denúncias envolvendo o crescimento desproporcional de seu patrimônio pessoal, e lideranças da bancada evangélica usam este fato como fator de pressão ao ameaçar convocar o ministro para prestar esclarecimentos à Câmara dos Deputados. Como corolário, o grupo garantiu ser capaz de obstruir a pauta de votações em plenário até que o governo recuasse, e encaminhou um pedido de composição de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e de exoneração do então ministro da Educação, Fernando Haddad, por julgar que o material do “*Kit Gay*” violaria princípios constitucionais e afrontaria as famílias brasileiras (Folha de São Paulo, 2011).

Três dias depois que as ameaças de retaliação promovidas pelos evangélicos vieram à luz, o Executivo decide cancelar a distribuição do material, em uma declaração que denota a derrota do governo e o poder de pressão dos deputados conservadores.

Ainda sobre o debate em torno dos direitos LGBT, a bancada evangélica constituiu-se em uma das principais barreiras à aprovação do projeto de lei nº 122/06, o qual pretendia equiparar a “homofobia” (discriminação contra homossexuais) ao racismo, o que caracterizaria aqueles que a praticam como responsáveis por crime imprescritível e inafiançável. Os evangélicos, além de manifestarem sua contrariedade nas comissões da Câmara, passaram a difundir volumosas críticas ao projeto nos meios de comunicação, e promoveram um abaixo-assinado que somou um milhão de assinaturas. A fim de celebrar o feito, lideranças entregaram o documento à presidência

¹⁷O evento ocorre anualmente, atraindo multidões por todo o país. É promovido por diversas igrejas evangélicas a fim de expor a fé publicamente e protestar contra iniciativas que contrariam os valores do cristianismo.

do Senado em 01 de junho de 2011, e, na mesma data, mobilizaram 25 mil pessoas em uma manifestação diante do Congresso a fim de pressionar o parlamento e atrair a atenção da opinião pública (Castro, 2011).

Passados cerca de vinte dias, na Marcha para Jesus, em São Paulo, o pastor Silas Malafaia, diante de pelo menos um milhão de pessoas¹⁸, emitiu seu parecer sobre o projeto de lei:

O STF rasgou a Constituição que, no artigo 226, parágrafo 3º, diz claramente que união estável é entre um homem do gênero masculino e uma mulher do gênero feminino. União homossexual uma vírgula. [...]. Ninguém aqui vai pagar de otário, de crente, não. Se for contra a família não vai ter o nosso voto [...] Eles querem aprovar uma lei para dizer que a Bíblia é um livro homofóbico e botar uma mordada em nossa boca. Se aprovarem o PL 122 no mesmo dia, na mesma hora, tudo quando é pastor vai pregar contra a prática homossexual. Quero ver onde vai ter cadeia para botar tanto pastor (Malafaia, 2011).

Seguindo o mesmo raciocínio, Magno Malta, senador pertencente à bancada evangélica, considera que

O projeto de lei 122, que concede vários privilégios aos homossexuais é uma aberração [...]. O tão exclamado preconceito vem da minoria na ostensiva e agressiva luta para mudar os costumes. Tentaram até implantar nas escolas uma cartilha impregnada de apologia ao homossexualismo, que pela força da Presidente da República, nasceu morta. Agora, o Senado Federal tem o dever de sepultar de vez o projeto de lei 122 [...]. A defesa da ética, da moral e dos bons costumes virou uma luta que atravessa a fronteira da religião e chega ao coração das famílias brasileiras. Religião é religião, família é família, o debate é maior, trata-se de preservar o que tem de mais importante na sociedade, a chamada instituição universal e sagrada. É dever de todos os homens de bem pensar no futuro do país formado por uma geração forte e saudável (Malta, 2011).

Mas os discursos em defesa “da ética, da moral e dos bons costumes” não se restringem aos palanques, e cristalizam-se na prática. A bancada evangélica, com o apoio de congressistas católicos e das frentes parlamentares em defesa da família, valeu-se de todos os instrumentos possíveis para fulminar o projeto no cotidiano do Legislativo. O golpe final foi desferido pelo senador evangélico Eduardo Lopes, que viu acatado seu requerimento de apensamento da matéria com 29 votos favoráveis e 12 contrários. Finalmente, o projeto foi arquivado ao final da 54ª Legislatura (2011-2015) devido à expiração do prazo regimental, que faculta oito anos para que um projeto seja votado. À semelhança do que acontecera com o “*Kit Gay*”, a bancada evangélica (ou “religiosa”, se somarmos os católicos militantes) exerceu com êxito seus mecanismos de pressão para frear agendas progressistas e defender aqueles que seriam, sob sua ótica, os valores cristãos presentes na sociedade brasileira.

A fim de exemplificar mais um dos casos simbólicos de demonstração de capacidade de mobilização dos religiosos no parlamento, citamos aqui também episódio ocorrido em 10 de

¹⁸Conforme <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/marcha+para+jesus+vira+ato+contra+u-niao+hom-oafetiva-/n15-9704444-3203-.html>>.

junho de 2015. Contrariados com manifestantes que haviam simulado a crucificação de Cristo – substituindo Jesus por um transexual e a sigla “INRI” por “LGBT” –, os evangélicos, em conjunto com deputados da bancada católica, entraram em grupo no plenário da Câmara rezando o Pai-Nosso¹⁹ a plenos pulmões e exibindo imagens colhidas na “Parada”.

Ademais, os deputados bradaram reiteradamente o lema “Viva Jesus Cristo”, e distribuíram *folders* que denunciavam a aplicação de recursos públicos para subsidiar manifestações de grupos homossexuais. A sessão foi temporariamente interrompida, e, em seguida, o presidente da Frente Parlamentar Evangélica, João Campos, leu da tribuna a nota de repúdio formulada pelo grupo, a qual continha o seguinte trecho (a nota foi assinada também pelo presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família, Alan Rick – PRB/AC – e pelo deputado Givaldo Carimbão – PROS-AL –, que preside a Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana):

Os ativistas do movimento LGBT cometerem crime de profanação contra símbolo religioso, ferindo a todos os cristãos ao usarem uma pessoa pregada na cruz, utilizando símbolos do cristianismo de forma escandalosa, zombando e ridicularizando o sacrifício de Jesus (Portal G1, 2015).

O deputado Rogério Rosso (PDT/DF), autor de projeto de lei que transforma em crime hediondo a discriminação às religiões e a profanação de seus símbolos (atitudes que os evangélicos ordinariamente classificam como “cristofobia”), argumentou da tribuna que os ativistas estariam “fazendo o que ninguém imaginava, que é unir todas as religiões” (Rosso, 2015). Por fim, os deputados, liderados por Anderson Ferreira (PR/PE), endereçaram ao Procurador-Geral da República uma representação contra os organizadores da “Parada Gay”, acusando-os de serem “responsáveis pelo escárnio e vilipêndio da imagem do Senhor Jesus Cristo e da Cruz, pela disseminação de ódio e intolerância religiosa durante o evento” (Ferreira, 2015).

A disputa política empreendida pelos religiosos no Congresso Nacional possui outro agente mobilizador importante: a luta contra a descriminalização do aborto. Se o homossexualismo talvez não seja vislumbrado pelo grosso da população com o mesmo grau de repulsa a ele outorgado pelos evangélicos, a descriminalização do aborto sabidamente sofre significativa resistência por parte dos eleitores.

Seja pela ciência desse fato (e conseqüentemente, pelo capital eleitoral que pode gerar), seja pelo estrito zelo à doutrina religiosa, a bancada evangélica tem atuado como protagonista nos movimentos de contenção de legislações menos restritivas ao aborto que tramitam no Congresso

¹⁹A oração do Pai-Nosso não costuma ser recitada pelos fiéis evangélicos, o que não deixa de demonstrar que se tratou de mais um esforço de aproximação/união com a bancada católica a fim de defender interesses comuns.

Nacional. Segundo pesquisa que realizamos nos anais da Câmara dos Deputados, desde o ano 2000 foram protocolados nada menos que setenta e oito (78) projetos de lei, decretos legislativos, emendas constitucionais e requerimentos voltados à coibição do aborto, ao recrudescimento da lei para os casos em que a prática já é permitida e/ou a pedidos de esclarecimentos por parte de autoridades públicas envolvidas com o tema. Como seria previsível, todas as iniciativas partiram de evangélicos ou de parlamentares pertencentes às bancadas a eles relacionadas.

Os projetos guardam estreito vínculo com a pauta das igrejas, e atacam em múltiplas frentes: no aumento da pena para gestantes que praticam o aborto e para aqueles que as auxiliam (por exemplo, o PL-3207/2008, de autoria de Miguel Martini – PHS/MG), na conversão do aborto em crime hediondo no Código Penal (como o PL-7443/2006, de Eduardo Cunha – PMDB/RJ – e o PL-5058/2005, de Osmânio Pereira – PTB/MG), na proposta de obrigatoriedade do registro público da gravidez “para reduzir a prática ilícita do aborto” (PL-7022/2010, de iniciativa do deputado Rodovalho PP/DF), nos pedidos de criação de CPI “para investigar o aborto clandestino” (RCP-9/2008, de Luiz Bassuma – PT/BA), na proibição da comercialização de métodos contraceptivos considerados abortivos (como a “pílula do dia seguinte”, conforme dispõe o PL-5376/2005, de Marcelo Serafim – PSB/AM), na pretensão de se inserir na Constituição da República a ideia de que “a vida do nascituro se inicia com a concepção” (PEC-571/2002, de Paulo Lima – PMDB/SP) e na convocação de ministros para esclarecer políticas públicas que interfiram no aborto no país (RIC-750/2007, de Marcelo Serafim – PSB/AM e RIC-2563/2005, de Durval Orlato – PT/SP).

O levantamento revela que as iniciativas extrapolam a clivagem governo-oposição e o *continuum* ideológico dos partidos políticos, visto que parlamentares de praticamente todas as vertentes²⁰ somam-se no enfrentamento ao aborto em nome de concepções religiosas e de lealdades confessionais que estão acima da conjuntura política “profana”.

O comportamento dos religiosos na Câmara dos Deputados parece estar alinhado à “tese da ameaça” analisada por Hirschman (1992). Na obra *A Retórica da Intransigência*, o autor argumenta que os conservadores, não raro, sustentam que o ônus/custo de certas reformas é demasiado alto, e “coloca em perigo outra preciosa realização anterior” (idem, p. 15). No caso do comportamento dos parlamentares citados até aqui, parece claro que questões como a ampliação dos direitos dos homossexuais e a legalização do aborto são encaradas como custos elevados, que

²⁰Cabe ressaltar que os dois deputados então filiados ao PT acima citados, posteriormente deixaram o partido justamente em função de suas posições frente à questão do aborto.

põem em xeque realizações preciosas já cristalizadas na sociedade: a família tradicional e a moral cristã.

Se tais agendas ameaçariam os valores nos quais os religiosos depositam sua crença mais cara, a “tese da ameaça” fica ainda mais visível quando se percebe que agrupamentos parlamentares como a bancada evangélica, a bancada católica e a bancada da família, pelo peso político que representam, enfrentam governos e facções rivais com ameaças literais, que vão do trancamento das votações à abertura de processos políticos ou judiciais e à incitação da opinião pública para direcionar resultados eleitorais (como no caso da pressão sobre os candidatos presidenciais em face do aborto, em 2010).

O conservadorismo “laico”: o problema da segurança pública e a bancada da bala

Valores que poderiam ser conectados com o conservadorismo englobam elementos morais (como a valorização da religiosidade e a oposição a condutas sexuais heterodoxas e ao aborto) e sócio-políticos (como a valorização de instituições tradicionais e da hierarquia, bem como a rígida punição aos criminosos). Se o primeiro rol de princípios vem sendo instrumentalizado politicamente por bancadas parlamentares ligadas a igrejas cristãs, o segundo, especialmente no que diz respeito ao combate à criminalidade, vem pautando a ação de parlamentares agrupados na chamada “bancada da bala”, inspirando o viés laico do conservadorismo brasileiro.

Na atual legislatura, deputados vinculados à questão formalizaram a criação de uma bancada dedicada exclusivamente à formulação de políticas voltadas à segurança: a Frente Parlamentar da Segurança Pública, que congrega nada menos que 287 parlamentares²¹. Como afirmam Berlatto e Codato (2015), a intensidade do problema da segurança pública no Brasil – especialmente nas grandes cidades – é preocupante o suficiente para atrair uma plêiade de parlamentares interessados em trabalhar por melhorias ou simplesmente buscar incremento de capital político. Logo, não seria razoável concluir que os 287 parlamentares (55,9% de todos os membros da Câmara) pertencentes à Frente Parlamentar da Segurança Pública fossem militares e policiais (ou militares da reserva e policiais aposentados) ativistas de causas como a redução da maioria penal e a revogação do estatuto do desarmamento.

²¹Ver lista completa em: <<http://www.camara.gov.br/internet/deputado/frentes.asp>>. É certo que parlamentares irmanados por interesses similares já atuavam em legislaturas passadas. Contudo, foi a partir do Congresso eleito em 2014 que se formalizou uma Frente Parlamentar e que o tema passou a exercer mais influxo na mídia e na opinião pública.

Porém, conforme afirma o DIAP, haveria um núcleo-duro de vinte e um (21) deputados que se enquadram justamente nesse perfil, compondo a chamada “bancada da bala” (ou “bancada policial”). Embora o portal oficial da Câmara dos Deputados na *internet* insira no grupo vinte (20) parlamentares²², parecem estar em ascensão tentativas de recrudescimento da lei penal e de aumento da repressão à criminalidade. Além disso, as duas dezenas de parlamentares que comporiam o núcleo duro da bancada tendem a contar com o suporte dos deputados que formam a Frente Parlamentar pelo Direito da Legítima Defesa (criada em dezembro de 2012 e que então agregava nada menos que 202 parlamentares²³), além da Frente Parlamentar de Apoio à Família Militar (206 deputados)²⁴.

À semelhança do que ocorre com os pastores que migram dos “cultos” para o plenário, policiais e militares se convertem em deputados a fim de labutar pela preservação de valores/interesses comuns, freando pautas ordinariamente suscitadas por grupos de direitos humanos (e progressistas de um modo geral). Assim, o *modus operandi* da bancada da bala igualmente permite-nos considerá-la como um autêntico grupo de pressão de cariz conservador que se instalou no interior do Congresso Nacional.

Também de modo similar a algumas lideranças dos evangélicos, a mobilização da identidade de direita vem sendo requisitada pelos membros mais proeminentes da bancada da bala. Referindo-se ao debate em torno da revogação do Estatuto do Desarmamento, o deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB/SC) afirma:

Ano passado (2014) tínhamos um equilíbrio de opiniões contrárias e a favor na comissão, apesar de, na minha visão, ele ter se mostrado mais voltado para a revogação. Acho que agora o ambiente será ainda mais favorável, com a Câmara dos Deputados mais conservadora, mais próxima da direita (Mendonça, 2015).

Já o deputado Delegado Eder Mauro (PSD-PA) assegura que “Serei a voz da direita do povo de Belém em Brasília para apresentar projetos que possam dar um basta nesses vagabundos [os criminosos]” (Mauro, 2014), ao passo que o deputado Jair Bolsonaro (PSC/RJ), um dos mais enfáticos parlamentares da bancada da bala, é sobremaneira conhecido, por exemplo, por defender o regime militar e combater acidamente as esquerdas. Ex-capitão do Exército e deputado federal mais votado no Rio de Janeiro em 2014, Bolsonaro afirma: “Sou de direita mesmo e não tenho vergonha de dizer. Vou disputar o Planalto. Se meu partido não me apoiar,

²²Ver <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/475579-NOVA-BANCADA-DA-SEGURANCA-DEFENDERA-TEMAS-COMO-REDUCAO-DA-M-AIORIDADE-PENAL.html>>.

²³Ver lista completa em: <http://www.camara.gov.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/53423.asp>.

²⁴Ver lista completa em: <<http://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53717>>.

mudo de legenda para concorrer. [...] É uma candidatura de direita, sem vergonha” (Bolsonaro, 2014)²⁵.

Com efeito, a bancada faz-se representante daquela parcela da sociedade que manifesta franca inflexibilidade diante dos criminosos e outorga grande prestígio às Forças Armadas e instituições análogas. Em face disso, os parlamentares da bancada da bala protocolam projetos que visam, por exemplo, a proteção dos agentes policiais, a facilitação do porte de armas para os civis e a redução da maioridade penal.

No primeiro caso, pode-se enquadrar o Projeto de Lei nº 19/2015, de iniciativa do deputado federal Leonardo Picciani (PMDB-RJ). O projeto contou com inúmeras emendas dos parlamentares da bancada da bala, foi aprovado pelo Senado Federal e sancionado pela presidência da república em julho de 2015. De acordo com o texto, torna-se crime hediondo o assassinato de policiais ou integrantes das Forças Armadas e do Sistema Prisional quando estes estiverem no exercício da função ou forem assassinados devido ao cargo que ocupam. A proposta foi deliberada na Câmara sob forte pressão de deputados das bancadas da bala e evangélica, que permaneceram em pé, ao lado do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), durante praticamente toda a sessão.

Com relação à posse e comercialização de armas de fogo, destaca-se o PL nº 3722/2012, de autoria do deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB/SC), que prevê a extinção do Estatuto do Desarmamento, aumenta de seis para nove o número de armas legalmente adquiridas por cidadão, abole testes cíclicos voltados à comprovação da aptidão técnica para o manuseio de armas, promove o aumento da quantidade de munição permitida por pessoa (de 50 para 600 projéteis a serem comprados por indivíduo/ano) e reduz a idade mínima exigida para a obtenção do porte: de 25 para 21 anos.

O deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), um dos apoiadores do projeto, argumenta que o referendo que consultou a população sobre a questão em 2005 gerou uma resposta clara, que deveria ser respeitada pelo governo: “Quero falar um pouco de vida real. [...] Porque nunca antes 60 milhões de brasileiros demonstraram na urna, claramente, a sua vontade – que tem sido negada pelo atual governo, de maneira peremptória” (Lorenzoni, 2014).

No entanto, a bancada da bala vai além de propor dispositivos que preservam os policiais e ampliam a capacidade de compra de armamentos por parte da população. Os deputados daquele agrupamento parlamentar investem também na modificação da legislação que disciplina a

²⁵Embora não tenha logrado êxito em concorrer ao cargo máximo do país na eleição de 2014, Bolsonaro já explicitou sua plataforma para 2018 abertamente, evidenciando algumas das bandeiras de combate da bancada da bala.

maioridade penal. Em 07 de abril de 2015, a presidência da Câmara dos Deputados, após intenso *lobby* promovido pela bancada da bala, constitui comissão especial para debater tal tema. De fato, pesquisa por nós realizada nos anais daquela casa legislativa revela que, apenas no ano de 2015, dezessete projetos de lei ou emendas constitucionais foram protocolados por membros da bancada da bala a fim de promover a redução da maioridade penal de dezoito para dezesseis anos ou de endurecer a aplicação de medidas de restrição de liberdade para adolescentes.

Na justificação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2015, pode-se ler:

Segundo enquetes e pesquisas realizadas pelo Instituto DataSenado entre os anos de 2007 e 2015, mais de 80% dos entrevistados são a favor da redução da maioridade penal. Mais de 30% acreditam que 16 anos é a idade mínima para que um indivíduo seja considerado penalmente imputável, isto é, que possa ser julgado pela prática de crime, seja como autor ou partícipe. Mais de 15% querem reduzir a maioridade penal para 14 anos de idade, e 16% defendem 12 anos. [...]. As leis no Brasil precisam acompanhar a realidade dos fatos e se atualizar com eficiência. O Código Civil já reduziu a maioridade civil de 21 para 18 anos, igualando-a com a idade de imputabilidade penal. Já está passando da hora de dar mais um passo. [...]. É inegável que o cidadão de dessa idade está plenamente preparado e amadurecido para a maioridade civil e penal, e, portanto, para conquistar a vida adulta, com seus direitos e responsabilidades. É evidente que todos devem ter a consciência de se submeter às obrigações previstas nas leis, suportando as sanções decorrentes de sua transgressão²⁶.

Nota-se, portanto, que o autor, o deputado Gonzaga Patriota (PSB/PE), valeu-se de dados oriundos da “opinião pública” a fim de fundamentar seus propósitos, e evocando a responsabilização pelos atos cometidos pelos jovens infratores, considera que “já está passando da hora de dar mais um passo”, ou seja, reduzir a maioridade penal para a idade de 16 anos.

Já na exposição de motivos do PL nº 1243/2015 – que antes de propor a redução da maioridade, requer a revisão das medidas socioeducativas impostas a menores infratores – se verifica a seguinte argumentação:

Ao longo dos últimos anos, o número de crianças e, em especial, adolescentes envolvidos em práticas criminosas aumentou consideravelmente. A progressão dessa situação fez surgir questionamentos na sociedade quanto à adequação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a essa nova realidade social. O presente projeto de lei tem como propósito adequar o Estatuto, aprovado em 1990, à nova realidade social, endurecendo os critérios de aplicação de medidas socioeducativas²⁷.

O tom adotado pelo PL nº 387/2015 (Alberto Fraga – DEM/DF, que preside a bancada da bala) é consideravelmente mais enfático:

A sociedade Brasileira tem assistido o crime organizado aliciar menores para prática de crimes bárbaros, adolescentes de 12, 14 e 16 anos são utilizados como testa de ferro dessas organizações. Temos visto adolescentes de 17 anos praticarem latrocínio e ao

²⁶Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?cod-teor=132880-4&fil-ename=PEC+32/2015->>. Acesso: 15 jun. 2016.

²⁷Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarinte-gra?codteor=1324-132&fil-ename=PL+1243/201-5>>. Acesso: 15 jun. 2016.

completar 18 anos são postos em liberdade. Essa situação absurda não existe em nenhum local do mundo! Aqueles que se dizem defensores do menor fazem uma colocação distorcida dizendo que os que pedem justiça querem colocar uma criança no presídio. Essa farsa tem que acabar... O que se quer é uma medida justa para que jovens, pais e mães não seja trucidados sob o manto de uma suposta menoridade, um ser em evolução! Os falsos defensores de direitos humanos não adotam esses menores, não fazem abrigos para acolhê-los por meio de suas ONGs, mas querem deixá-los nas ruas se drogando e matando! Chega de impunidade, porque esses “doutos” não clamam pelo que temos de mais moderno no mundo? Na Europa e na América do Norte, bem como na América do Sul o menor é responsabilizado! Por que somente no Brasil temos que conviver com esse quadro de desmando e impunidade? A sociedade não aquece mais, e a prova disso é que os militares e profissionais de segurança pública foram os mais votados nos Pais! Foram votados e eleitos para dar uma resposta, e ela passa por esse projeto e outros que o povo clama. Ressalta-se que nas pesquisas de opinião e de enquête da Câmara e do Senado a redução da menoridade teve o sim de mais de 83% do povo, e democracia é a vontade da maioria representada²⁸.

É nítido o apelo aos setores mais conservadores da sociedade no que se refere ao combate à criminalidade. Censurando “os falsos defensores dos direitos humanos”, o deputado sustenta que “a sociedade não aguenta mais” a insegurança e manifestou essa insatisfação mediante pesquisas de opinião e por meio das urnas, que revelaram a ascensão de policiais ao Legislativo com votações expressivas.

Considerações Finais

Ao se fazer um balanço da extensa produção acadêmica acerca da transição para o atual período democrático no Brasil, um dos ingredientes frequentemente citados nos debates sobre reputação ideológica dos partidos, atuação dos partidos na Câmara dos Deputados, estudos de carreira dos deputados federais, estudos sobre identidades partidárias, entre outros, é justamente o fenômeno da “direita envergonhada”. Tal fenômeno estaria vinculado ao “fardo” que os principais herdeiros do partido de sustentação do regime militar (Arena) tiveram que carregar durante as primeiras décadas da transição.

Autores levantam o argumento de que este fenômeno tenderia a perder influência à medida que mudanças geracionais retirassem do cenário político líderes que sustentaram o regime e os substituíssem por lideranças sem vínculos diretos com a ditadura. Madeira (2006) mapeou a evolução da presença de ex-arenistas e ex-emedebistas entre os deputados federais eleitos entre 1982 e 2002, indicando que na legislatura eleita em 2002 apenas 20% dos parlamentares haviam

²⁸Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?cod-teor=1301052-&file-name=PL+387/201-5>. Acesso: 15 jun. 2016.

sido filiados à Arena ou ao MDB²⁹. Isto é, a substituição geracional avançou significativamente nas primeiras duas décadas do novo regime democrático, mas a direita envergonhada permanecia como característica, mesmo entre as lideranças sem vínculo direto com o regime.

Trabalhos como os de Power e Zucco (2009) afirmam que mesmo no fim da década de 2000 a direita ainda permaneceria envergonhada. A contribuição que este estudo buscou trazer ao debate é de que o mote a partir do qual lideranças relevantes passaram a reivindicar abertamente a identidade de direita não foi o liberalismo econômico (com presença importante na agenda política desde o governo Collor e das privatizações ocorridas sob Fernando Henrique Cardoso), mas o conservadorismo envolvendo questões morais e os apelos de repressão à criminalidade, englobando duas vertentes distintas, mas complementares: a religiosa e a laica. Bloqueio à expansão dos direitos dos homossexuais e do aborto e recrudescimento da legislação penal: estes são alguns dos principais componentes da agenda em torno da qual surgem sinais mais claros de mobilização, reivindicação e instrumentalização política da identidade de direita no cenário eleitoral e parlamentar no Brasil.

Se o fenômeno da direita envergonhada está em definitiva erosão, cabe a análises futuras mensurar, e novas rodadas de entrevistas com deputados federais, como aquelas realizadas por Power, serão fundamentais para testar a solidez deste fenômeno. O que podemos afirmar aqui é que, além do antipetismo – elemento que não avaliamos no presente artigo – a agenda conservadora está centrada, ressaltando-se, em apelos morais e de combate ao crime, constituindo o principal mote mobilizado para mobilizar a direita atualmente. Mobilização esta que não está circunscrita a um partido específico, dado que perpassa um largo território do espectro partidário representado na Câmara dos Deputados. Pastores migram dos cultos para o plenário do Congresso, ao passo que policiais saem das delegacias e dos quartéis para combater no parlamento: é o conservadorismo brasileiro que ganha novos contornos e protagonistas.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, S. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo: Annablume/Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2009.

BERGER, P. *O Dossel Sagrado*. São Paulo: Paulus, 2003.

²⁹Cabe destacar que a mesma análise identificou que entre posições de comando (como a de líder partidário) o movimento de substituição foi significativamente mais lento.

BERLATTO, F; CODATO, A. Da Polícia à Política: estudo de candidatos e eleitos à Câmara dos Deputados do Brasil provenientes das forças repressivas do Estado. *Paper* apresentado no *Congresso internacional: Élités y liderazgo en tiempos de cambio*, Universidad de Salamanca, 2015.

BOLSONARO, Jair. Bolsonaro: *Serei o candidato da direita à Presidência em 2018*, [Online]. O Estado de São Paulo, 30 out. 2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.co-m.br/blogs/marcelo-moraes/2014/10/30/bolsonaro-serei-o-candidato-da-direita-a-presid-encia-em-2018/>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

BORGES, T. Identidade Política Evangélica e os Deputados Federais Brasileiros. *Perspectivas*, São Paulo, v. 35, p. 149-171, jan./jun., 2009. Acesso em: 19 set. 2016.

CAMPOS, J. *A bancada evangélica e o conservadorismo da sociedade* [Online]. Entrevista concedida a Assis Ribeiro, Correio Braziliense, 29 jan. 2013. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-bancada-evangelica-e-o-conservadorismo-da-sociedade>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

CASTRO, G. *Religiosos entregam 1 milhão de assinaturas contra projeto que criminaliza homofobia* [Online]. Revista Veja, 01 jun. 2011. Disponível em: <<http://veja.a-bril.com.br/noticia/brasil/religiosos-entregam-1-milhao-de-assinaturas-contrapl-122>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

COWAN, B. 'Nosso Terreno': crise moral, política evangélica e a formação da 'Nova Direita' brasileira. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 30, n. 52, pp. 101-125, 2014.

CUNHA, M. N. *Bancada evangélica tem católicos como aliados em pautas homofóbicas, diz pesquisadora*, [Online]. Instituto Humanitas - UNISINOS, 30 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/542202-bancada-evangelica-tem-catolicos-como-aliados-em-pautas-homofobicas-diz-pesquisadora>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

ESCOLA SEM HOMOFOBIA. *Caderno*. Brasília: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: <revistaescola.abril.com.br/pdf/kit-gay-escola-sem-homofobia-mec.pdf>. Acesso: 04 jul. 2016.

FELICIANO, M. “Não sou um deputado da Idade Média”, diz Marco Feliciano ao falar sobre política, sexo e religião em Camboriú [Online]. Clic RBS, 02 mai. 2015. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/guarda-sol/2015/05/02/nao-sou-um-deputado-da-idade-media-diz-marco-feliciano-ao-falar-sobre-politica-sexo-e-religiao-em-camboriu/?topo=9-8,2,18,,15>>. Acesso em: 04 jul. 2016.

FERREIRA, A. *Representação à Procuradoria-Geral da República*, [Online]. Brasília: 11 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.folhape.com.br/blogdafolha/wpcontent/uploads/2015/06/açãompf.jpg>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

FERRO, C. *Evangélicos protestam contra Kit Gay e criminalização da homofobia*, [Online]. Foha de São Paulo, 23 mai. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/05/919073-evangelicos-protestam-contrakit-gay-e-criminaliza-cao-da-homofobia.shtml>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Câmara aprova aumento de isenção tributária a igrejas*, [Online]. Folha de São Paulo, 06 jun. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/06/1638436-camara-aprova-aumento-de-isencao-tributaria-a-igrejas.shtml>>. Acesso em: 11 jun. 2016.

_____. *Em protesto contra 'kit gay', bancada evangélica mira Palocci*, [Online]. Folha de São Paulo, 24 mai. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/920455-em-protesto-contrakit-gay-bancada-evangelica-mira-palocci.shtml>>. Acesso: 07 jun. 2016.

_____. *Mais conservadora, Câmara deve barrar ações liberalizantes* [Online]. Folha de São Paulo, 08 out. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1529052-maisconser-vadora-camara-deve-barrar-aco-es-liberalizantes.sh-tml>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

GONÇALVES, R. “*Bancada evangélica?*”: uma análise do discurso parlamentar evangélico durante a 52ª Legislatura da Câmara Federal. Pelotas. 218 pp. [Dissertação]. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas, 2011.

HIRSCHMAN, A. *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HUNTINGTON, S. Conservatism as an Ideology. *The American Political Science Review*, Cambridge, v. 51, n. 2, pp. 454-473, 1957.

JUNGBLUT, A. O “Mercado Religioso”: considerações sobre as possibilidades analíticas da teoria da “economia religiosa” para a compreensão da religiosidade contemporânea. *Rever*, n. 2, ano 12, pp. 11-22, 2012. Disponível em: <revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/download/14560/10586>. Acesso em: 18 mai. 2016.

LORENZONI, O. *Câmara pode liberar até nove armas por pessoa*, [Online]. Congresso em Foco, 02 dez. 2014. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/cam-ara-discute-liberar-ate-nove-armas-por-pessoa/>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

MACHADO, M. D. *Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

MADEIRA, R. M. “*Vinhos antigos em novas garrafas. A influência de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro*”. Porto Alegre. 208 pp. [Tese]. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

MALAFIA, S. *Marcha para Jesus vira ato contra união homoafetiva* [Online]. Último Segundo, 23 jun. 2011. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/marc-ha+para+jesus+vir-a+ato+contra+u-niao+ho-moafetiva/n1597044443203.html>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

MALTA, M. *Senado vai sepultar PL 122* [Online]. Website do Senador Magno Malta, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.magnomalta.com/portal2/index.php/pl-122-mainmenu-52/2147-magno-malta-senado-vai-sepultar-pl-122>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

MARIANO, R. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, pp. 238-258, 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronica-s.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/9647/6619>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

MARIZ, C. L. Secularização e dessecularização; comentários a um texto de Peter Berger. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, pp. 25-39, 2001. Disponível em: <www.iser.org.br/religioesociedade/pdf/mariz21.1_2000.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2016.

MAURO, E. *Parentes de políticos e policiais são os campeões de votos*, [Online]. Congresso em Foco, 07 out. 2014. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.co-m.br/noticias-/parentes-de-politicos-e-policiais-sao-os-campeoes-de-votos/>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

MENDONÇA, R. P. *Bancada da Bala reabre comissão para tentar derrubar o estatuto do desarmamento* [Online]. Portal IG, 04 abr. 2015. Disponível em: <<http://u->

ltimosegundo.ig.com.br/brasil/2015-04-04/bancada-da-bala-reabre-comissao-p-ara-tentar-derrubar-estatuto-do-desarmamento.html>. Acesso em: 12 jun. 2016.

MIRANDA, J. Nós, vocês e eles: os desafios de uma convivência (in)desejada. In: BURITY, J. A.; MACHADO, M. D. (Orgs.). *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Massangana, 2006.

PARTIDO SOCIAL CRISTÃO (PSC). *Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral* [Online]. Youtube, 28 mai. 2015, 10 min e 18s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZB1-rWsdleoM>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

PEW RESEARCH CENTER. *Religião na América Latina. Mudança generalizada em uma região historicamente católica* [Online]. Pew Research Center, 13 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.pewfor-um.org/files/2014/11/PEW-RESEARCH-CENTER-Religion-in-Latin-America-Portuguese-Overview-for-publication-11-13.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

PIERUCCI, A. F. As bases da Nova Direita. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 19, pp. 26-45, 1987.

_____. *Ciladas da diferença*. São Paulo: Editora 34, 1999.

PORTAL G1. *Deputados evangélicos e católicos fazem ato contra parada gay* [Online]. Portal G1, 10 jun. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/06/deputados-evangelicos-e-catolicos-fazem-ato-contraparada-gay.html>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

POWER, T. *The Political Right in Postauthoritarian Brazil: Elites, Institutions, and Democratization*. University Park, PA: Penn State Press, 2011.

POWER, T; ZUCCO JR., C. Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990-2005: A Research Communication. *Latin American Research Review*, n. 44, n. 1, pp. 219-246, 2009.

QUADROS, M. P. R. *"Conservadorismo à Brasileira: sociedades e elites políticas na contemporaneidade"*. Porto Alegre. 273 pp. [Tese]. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

QUEIROZ, A. A. *Congresso eleito é o mais conservador desde 1964, afirma Diap* [Online]. Entrevista concedida a Nivaldo Sousa e Bernardo Caram, Estado de São Paulo, 06 out. 2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

RODRIGUES, L. M. *Quem É Quem na Constituinte: uma análise sócio-política dos partidos e deputados*. São Paulo: OESP-Maltese, 1987.

SAKAMOTO, L. *O Congresso não ficou pior. Apenas está mais parecido com o Brasil* [Online]. Blog do Sakamoto, 08 out. 2014. Disponível em: <<http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2014/10/08/o-congresso-nao-ficou-pior-apenas-esta-mais-parecido-com-o-brasil/>>. Acesso: 20 abr. 2016.

ZUCCO JR., C. Esquerda, direita e governo. A ideologia dos partidos políticos brasileiros. In: POWER, T; ZUCCO JR., C. (Orgs.). *O Congresso por ele mesmo*. Autopercepções da classe política brasileira. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

_____. Ideology or What? Legislative Behavior in Multiparty Presidential Settings. *Journal of Politics*, n. 71, v. 3, pp. 1076–1092, 2009.